

MINISTÉRIO PÚBLICO

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

EXTRATO – TERMO DE DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS PROCESSO Nº 2016/0131-0

Partes: MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ, CNPJ nº 05.054.978/0001-50 (Doador) e MOVIMENTO REPÚBLICA DE EMAÚS, CNPJ nº 63.887.558/0001-50 (Donatária)
Objeto: Alienação de bens móveis e eletrônicos, na forma de doação, considerando estarem presentes razões de elevado interesse social e considerando ainda a ociosidade, inservibilidade e condições antieconômicas de recuperações estruturais.

LOTE	DESCRIÇÃO
02	FAX
03	APARELHO TELEFÔNICO
04	APARELHO TELEFÔNICO
05	NOBREAK
06	NOBREAK
08	NOBREAK E ESTABILIZADOR
09	NOBREAK
10	TECLADO
12	TECLADO
13	MOUSE
15	MOUSE
17	FILTRO DE LINHA
19	CONVERSOR E SWITCH
20	CABOS DIVERSOS
24	POLTRONAS
27	TOTEN
30	MESAS SEM GAVETAS
35	CONDICIONADORES DE AR
36	COMPUTADOR LENOVO
39	COMPUTADOR E SERVIDOR
40	COMPUTADOR E MONITOR
43	IMPRESSORA HP
44	IMPRESSORA HP
45	NOTEBOOK
46	SCANNER
49	IMPRESSORA LASER
51	IMPRESSORA LEMARK
53	MESA E SUPORTE
56	POLTRONAS

Fundamentação Legal: Artigo 17, Inciso II, "a" da Lei Federal nº 8.666/93.

Endereço Donatária: Rua Yamada, N-17, bairro do Bengui, Belém/PA.

Data da Assinatura: 21/10/2016.

Ordenador Responsável: Felipe Rosa Cruz

Protocolo: 119171

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA Nº 7.177/2016-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais consignadas no art. 18, inc. VI da Lei Complementar Estadual 057 de 6 de julho de 2006;
CONSIDERANDO a decisão unânime do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, na 17ª Sessão Ordinária, realizada no dia 13/9/2016, publicada no D. O. E. de 19/9/2016, que Promoveu a Promotora de Justiça de 1ª entrância ADRIANA MARIA PRIMO DE CARVALHO para a 2ª Entrância, no cargo de 1º Promotor de Justiça de Conceição do Araguaia;

CONSIDERANDO que o art. 5º da Resolução nº 30 do Conselho Nacional do Ministério Público do Estado do Pará, estatui que as investiduras em função eleitoral não ocorrerão em prazo inferior a noventa dias da data do pleito eleitoral e não cessarão em prazo inferior a noventa dias após a eleição, devendo ser providenciadas pelo Procurador Regional Eleitoral as prorrogações eventualmente necessárias à observância deste preceito;
CONSIDERANDO que as funções eleitorais do Ministério Público junto aos Juizes e Juntas Eleitorais devem ser exercidas pelo Promotor Eleitoral, exclusivamente designado pelo Procurador Regional Eleitoral, após indicação encaminhada pelo Procurador-Geral de Justiça;
CONSIDERANDO a necessidade de se evitar descontinuidades bruscas e indesejáveis nos serviços eleitorais a cargo do Ministério Público, notadamente em ano eleitoral;
CONSIDERANDO interesse público no provimento dos cargos e na movimentação da carreira do Ministério Público;
CONSIDERANDO a necessidade de se adotar providências para evitar possíveis prejuízos e desequilíbrio na carreira ministerial, em especial nos certames futuros, para os membros que forem movimentados durante o período em que tenham assumido o ônus eleitoral;

CONSIDERANDO que no PCA 732.2012-14 e nos Pedidos de Providências 627.2008-26, 741.2008-56 e 820.2008-67 o Egrégio Conselho Nacional do Ministério Público firmou o entendimento de que a movimentação na carreira durante o período referido no art. 5º da Resolução nº 30/CNMP pode se dar juridicamente no âmbito do Conselho Superior, efetivando-se fisicamente, isto é, de modo fático, depois daquele período;
CONSIDERANDO, ainda, a decisão adotada pelo Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, no sentido de permitir a continuidade da movimentação na carreira da magistratura paraense, ressalvando que os magistrados que exerçam jurisdição eleitoral assumam as unidades judiciárias para as quais tenham sido promovidos ou removidos, sendo, porém, designados para permanecer nas suas respectivas Varas ou Comarcas de origem;

CONSIDERANDO, que, após consulta formulada pelo Procurador-Geral de Justiça na 19ª Sessão Ordinária ocorrida em 20/10/2016, o Egrégio Conselho Superior do Ministério Público entendeu ser possível compatibilizar o interesse público na movimentação da carreira e no provimento dos cargos do Ministério Público, com a preservação do bem jurídico tutelado pela Resolução nº 30 do Conselho Nacional do Ministério Público, a saber, a regularidade e a incolumidade do processo eleitoral, permitindo-se a movimentação da carreira mediante a publicação imediata das portarias de remoção, concomitantemente com a designação do respectivo membro para permanecer na Promotoria de Justiça de origem;

CONSIDERANDO, finalmente, a Súmula nº 001/2013-MP/CSMP, de 5 de junho de 2013;

R E S O L V E:

DETERMINAR que seja considerado o dia 20/9/2016, como a data de entrada em exercício da Promotora de Justiça ADRIANA MARIA PRIMO DE CARVALHO no cargo de 1º Promotor de Justiça de Conceição do Araguaia.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 09 de novembro de 2016.

MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 7.178/2016-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais consignadas no art. 18, inc. VI da Lei Complementar Estadual 057 de 6 de julho de 2006;
CONSIDERANDO a decisão unânime do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, na 17ª Sessão Ordinária, realizada no dia 13/9/2016, publicada no D. O. E. de 19/9/2016, que removeu o Promotor de Justiça de 2ª entrância AMARILDO DA SILVA GUERRA para o cargo de 4º Promotor de Justiça de São Miguel do Guamá;

CONSIDERANDO que o art. 5º da Resolução nº 30 do Conselho Nacional do Ministério Público do Estado do Pará, estatui que as investiduras em função eleitoral não ocorrerão em prazo inferior a noventa dias da data do pleito eleitoral e não cessarão em prazo inferior a noventa dias após a eleição, devendo ser providenciadas pelo Procurador Regional Eleitoral as prorrogações eventualmente necessárias à observância deste preceito;

CONSIDERANDO que as funções eleitorais do Ministério Público junto aos Juizes e Juntas Eleitorais devem ser exercidas pelo Promotor Eleitoral, exclusivamente designado pelo Procurador Regional Eleitoral, após indicação encaminhada pelo Procurador-Geral de Justiça;

CONSIDERANDO a necessidade de se evitar descontinuidades bruscas e indesejáveis nos serviços eleitorais a cargo do Ministério Público, notadamente em ano eleitoral;
CONSIDERANDO interesse público no provimento dos cargos e na movimentação da carreira do Ministério Público;
CONSIDERANDO a necessidade de se adotar providências para

evitar possíveis prejuízos e desequilíbrio na carreira ministerial, em especial nos certames futuros, para os membros que forem movimentados durante o período em que tenham assumido o ônus eleitoral;

CONSIDERANDO que no PCA 732.2012-14 e nos Pedidos de Providências 627.2008-26, 741.2008-56 e 820.2008-67 o Egrégio Conselho Nacional do Ministério Público firmou o entendimento de que a movimentação na carreira durante o período referido no art. 5º da Resolução nº 30/CNMP pode se dar juridicamente no âmbito do Conselho Superior, efetivando-se fisicamente, isto é, de modo fático, depois daquele período;
CONSIDERANDO, ainda, a decisão adotada pelo Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, no sentido de permitir a continuidade da movimentação na carreira da magistratura paraense, ressalvando que os magistrados que exerçam jurisdição eleitoral assumam as unidades judiciárias para as quais tenham sido promovidos ou removidos, sendo, porém, designados para permanecer nas suas respectivas Varas ou Comarcas de origem;

CONSIDERANDO, que, após consulta formulada pelo Procurador-Geral de Justiça na 19ª Sessão Ordinária ocorrida em 20/10/2016, o Egrégio Conselho Superior do Ministério Público entendeu ser possível compatibilizar o interesse público na movimentação da carreira e no provimento dos cargos do Ministério Público, com a preservação do bem jurídico tutelado pela Resolução nº 30 do Conselho Nacional do Ministério Público, a saber, a regularidade e a incolumidade do processo eleitoral, permitindo-se a movimentação da carreira mediante a publicação imediata das portarias de remoção, concomitantemente com a designação do respectivo membro para permanecer na Promotoria de Justiça de origem;

CONSIDERANDO, finalmente, a Súmula nº 001/2013-MP/CSMP, de 5 de junho de 2013;

R E S O L V E:

I - DETERMINAR que seja considerado o dia 20/9/2016, como a data de entrada em exercício do Promotor de Justiça AMARILDO DA SILVA GUERRA no cargo de 1º Promotor de Justiça de São Miguel do Guamá.

II - DESIGNAR o referido Promotor de Justiça para exercer suas atribuições na Promotoria de Justiça de origem, a saber, a de Igarapé-Miri, enquanto durar o impedimento eleitoral, isto é, até o término do prazo de noventa dias de que trata o art. 5º da Resolução 30/2008.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 09 de novembro de 2016.

MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 7.179/2016-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais consignadas no art. 18, inc. VI da Lei Complementar Estadual 057 de 6 de julho de 2006;

CONSIDERANDO a decisão unânime do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, na 19ª Sessão Ordinária, realizada no dia 20/10/2016, publicada no D. O. E. de 27/10/2016, que removeu o Promotor de Justiça de 1ª entrância ANDRE CAVALCANTI DE OLIVEIRA para o cargo de Promotor de Justiça de Cachoeira do Arari;

CONSIDERANDO que o art. 5º da Resolução nº 30 do Conselho Nacional do Ministério Público do Estado do Pará, estatui que as investiduras em função eleitoral não ocorrerão em prazo inferior a noventa dias da data do pleito eleitoral e não cessarão em prazo inferior a noventa dias após a eleição, devendo ser providenciadas pelo Procurador Regional Eleitoral as prorrogações eventualmente necessárias à observância deste preceito;
CONSIDERANDO que as funções eleitorais do Ministério Público junto aos Juizes e Juntas Eleitorais devem ser exercidas pelo Promotor Eleitoral, exclusivamente designado pelo Procurador Regional Eleitoral, após indicação encaminhada pelo Procurador-Geral de Justiça;

CONSIDERANDO a necessidade de se evitar descontinuidades bruscas e indesejáveis nos serviços eleitorais a cargo do Ministério Público, notadamente em ano eleitoral;
CONSIDERANDO interesse público no provimento dos cargos e na movimentação da carreira do Ministério Público;
CONSIDERANDO a necessidade de se adotar providências para evitar possíveis prejuízos e desequilíbrio na carreira ministerial, em especial nos certames futuros, para os membros que forem movimentados durante o período em que tenham assumido o ônus eleitoral;

CONSIDERANDO que no PCA 732.2012-14 e nos Pedidos de Providências 627.2008-26, 741.2008-56 e 820.2008-67 o Egrégio Conselho Nacional do Ministério Público firmou o entendimento de que a movimentação na carreira durante o período referido no art. 5º da Resolução nº 30/CNMP pode se dar juridicamente no âmbito do Conselho Superior, efetivando-se fisicamente, isto é, de modo fático, depois daquele período;
CONSIDERANDO, ainda, a decisão adotada pelo Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, no sentido de permitir